

NOVA School of Law

Teste Intercalar Direito Constitucional Português 20 de Abril de 2022 Duração: 1h30m

Grupo I

1. Comente: *“As Constituições valem na medida em que não forem efémeras, em que servirem de quadro à vida política nacional durante um período de tempo relativamente longo, em que demonstrarem capacidade para suportar o embate sempre rude da experiência, da realidade viva”*. (4 valores)
2. A Constituição portuguesa tem sido alvo de críticas pela sua pretensa carga ideológica e marxista. Relacione essas críticas com o processo de elaboração da CRp de 76 e as revisões subsequentes. (4 valores)

Grupo II

Análise jurídico-constitucionalmente:

1. Em Dezembro de 2021, o Governo apresentou na Assembleia da República [AR] a sua proposta de Orçamento de Estado para 2022. Sujeita a votação, a proposta foi chumbada por 140 votos contra, 60 a favor e 30 abstenções. À saída do hemiciclo, o Primeiro-Ministro [PM] comentou à comunicação social que a AR acabava de demitir o Governo. (2 valores) ✓
2. Pouco depois, o Presidente da República [PR] interveio também publicamente, declarando que “em face dos resultado da votação do Orçamento, decido exonerar o Sr. Tomás Tomé do cargo de PM e nomear imediatamente para o seu lugar o Sr. Aníbal Anaís, distinto Professor Catedrático da NOVA School of Law.” Os partidos com assento parlamentar insurgiram-se, considerando que o PR estava constitucionalmente obrigado a dissolver a AR e marcar eleições legislativas. (3 valores) ✓ X

3. Em todo o caso, a nomeação do novo Governo avançou e Aníbal Anais apresenta o programa de Governo na AR em Janeiro de 2022. Sujeito a votação, apuraram-se os seguintes resultados: 200 votos contra, 15 a favor e 15 abstenções. Na sequência destes resultados, os partidos com assento parlamentar declararam à comunicação social que o PR, uma vez que não dissolveu a AR, deveria ter nomeado como PM o líder do segundo maior partido. (2 valores)
4. Furioso com a actuação da AR, o PR – na mesma noite da votação do programa – declara que a conduta da AR constitui uma afronta à sua competência presidencial de nomear e exonerar o PM, pelo que decidiu avançar para a dissolução da AR e para a marcação de eleições legislativas. De acordo com o decreto presidencial de dissolução, estas deverão ter lugar daí a 85 dias. (2 valores)
5. Depois de realizadas as eleições legislativas e de ter entrado em funções um novo Governo, a AR aprova uma diploma através do qual estabelece limites máximos ao preço do combustível em Portugal. Enviado para promulgação ao PR, decide este recusar tal promulgação com fundamento em que se trata de uma medida anti-mercado e anti-liberal. Vários partidos com assento parlamentar declaram que estão em “condições de ultrapassar o veto do PR porque este não tece nenhuma objecção constitucional ao diploma.” (3 valores)